

# O TRABALHO AGRÍCOLA EM ASSENTAMENTOS DO NORTE PAULISTA

Regina Aparecida Leite de Camargo<sup>1</sup>

Danilo Soares Figueiredo<sup>2</sup>

Marcel Vinícius Gulla<sup>3</sup>

Jean Marcos Soares de Matos<sup>4</sup>

GT6 - Agricultura familiar e soberania alimentar

**Resumo:** Esse trabalho apresenta resultados de pesquisa de campo realizada no ano de 2012 com 142 assentados da reforma agrária na região norte do estado de São Paulo segundo classificação da Fundação Instituto de Terras de São Paulo (Itesp). Com a utilização de questionários semiestruturados foram levantados dados sobre a composição demográfica e o tamanho dos lotes, principais cultivos e a inserção da família no trabalho dentro e fora do lote. Bem como sobre a contratação de mão-de-obra temporária e permanente e relações de cooperação entre os assentados para a realização do trabalho agrícola. Nas tabelas geradas foi possível comparar o trabalho dentro e fora do lote com o tamanho do mesmo; e o trabalho no lote com a renda familiar e a presença de insegurança alimentar. Ao contrário do que se poderia esperar, na pesquisa realizada não foi possível estabelecer uma relação direta entre a área do lote e a inserção da mão-de-obra familiar tanto nas atividades do próprio lote como em atividades fora do mesmo.

**Palavras-chave:** Áreas de assentamento, mão-de-obra familiar, pluriatividade.

## 1. Introdução

O acesso intermitente a terra e a fragilidade das condições de sua reprodução faz com que no campesinato brasileiro seja “[...] possível identificar os processos de campesinização, descampesinização e recampesinização, os quais, de uma certa forma, revelam os caminhos de sua instabilidade estrutural”. (WANDERLEY, 1999, p.41). Esses processos referem-se aqueles momentos em que através de sua luta e capacidade de resistência ou de condições conjunturais favoráveis foi possível a organização e reprodução de formas camponesas de existência em nosso meio rural, ou o contrário quando essas formas foram interrompidas. (CAMARGO, 2010).

No estado de São Paulo a agricultura familiar é menos expressiva que nos estados do sul do país ou em Minas Gerais, mas ainda assim, 66% dos estabelecimentos são classificados como familiar e ocupam 15% da área agrícola. Esses estabelecimentos são responsáveis por 16% do Valor Bruto da Produção, 36% do pessoal ocupado, 41% da produção leiteira, 38% da produção de mandioca e milho, 36% da produção de aves e 33% da produção de arroz, para ficar nos produtos onde a participação é mais expressiva. (BRASIL, 2009).

Os assentamentos rurais podem ser vistos como a expressão de um desses momentos de campesinização, o mais visível resultado da intervenção do Estado na

---

<sup>1</sup> Profa Dra FCAV/UNESP/Jaboticabal

<sup>2</sup> Graduando em Engenharia Agrônoma FCVA/UNESP/Jaboticabal

<sup>3</sup> Graduando em Engenharia Agrônoma FCVA/UNESP/Jaboticabal

<sup>4</sup> Graduando em Engenharia Agrônoma UEL/Londrina

estrutura agrária do país. Nas palavras de Bernardo Mançano Fernandes (2015)<sup>5</sup>, os assentamentos rurais representam a “territorialização da luta pela terra”, ou seja, a materialização em forma de um território delimitado, das bandeiras dos movimentos sociais que lutam por terra.

## 2 - Os assentamento da reforma agrária no estado de São Paulo

Um passo, significativo e pioneiro para a estrutura agrária paulista, foi a criação da Lei de Revisão Agrária de dezembro de 1960, que ficou conhecida como Lei Carvalho Pinto e quatro meses depois a criação da Assessoria de Revisão Agrária. Como apontam Pilla et al (2013), o uso do termo “revisão” e não “reforma” busca enfatizar o caráter desenvolvimentista da iniciativa e apaziguar os contrários a qualquer mudança. A Lei de Revisão Agrária paulista alinha-se com as diretrizes da Aliança para o Progresso, pacto firmado entre o governo norte americano e os países latino americanos que, entre outras medidas, previa o fim do latifúndio improdutivo, então visto como um dos entraves para o desenvolvimento. Pela Lei de Revisão Agrária deveriam ser assentadas de 500 a 1.000 famílias por ano em terras do Estado ou privadas subutilizadas, com recursos da arrecadação do Imposto Territorial Rural (ITR), dotando assim o Imposto de um caráter social.

Mas apesar da importância da iniciativa, apenas cinco áreas foram transformadas em projetos de colonização, que tampouco foram bem sucedidos. Entre eles estava a Fazenda Pirituba, localizada nos municípios de Itapeva e Itaberá, que, após muitos conflitos, abriga hoje nove projetos de assentamento. Posteriormente a aplicação da Lei de Revisão Agrária foi limitada por um Projeto de Lei Federal que transferia para os municípios as arrecadações do ITR.<sup>6</sup> Ou seja, a administração estadual ficou sem recursos para a implantação de novos núcleos de colonização.

Com o golpe de 1964, novas iniciativas de assentamento só retornaram ao campo paulista no início da década de 1980, quando os governadores estaduais voltaram a ser eleitos pelo voto popular. Em 1983 o eleito governador Franco Montoro nomeou José Gomes da Silva, histórico defensor da reforma agrária, para Secretário da Agricultura e Abastecimento, que por sua vez convidou o professor da USP, José Eli da Veiga, também conhecido por seus trabalhos sobre a questão agrária, para a direção do recém-criado Instituto de Assuntos Fundiários (IAF). Em 1985 foram promulgadas a Lei Estadual 4.925/85 sobre alienação de terras públicas a seus ocupantes consolidados e a Lei Estadual 4.957/85 que prevê o assentamento em terras públicas ociosas, mal utilizadas ou utilizadas irregularmente.

Segundo Bergamasco e Norder (2003, p 89): *“Entre 1984 e 1994, as sucessivas administrações do governo estadual promoveram o assentamento de aproximadamente 1.675 famílias em 24 projetos, localizados em áreas estaduais de dez municípios. Deste*

---

<sup>5</sup> Para o autor, “A territorialização é um processo de expansão de uma relação de poder no espaço geográfico. A expansão ocorre com a ampliação da área do território e sua multiplicação. No campo, a territorialização ocorre pela expansão de uma determinada relação social. Nesse caso há dois tipos de relações sociais que tem se confrontado historicamente: a propriedade capitalista e a propriedade camponesa. A territorialização do capital promove a desterritorialização do campesinato e vice-versa”. (FERNANDES, 2015 ,disponível em: <http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/desenvolvimento-agrario/texto-42-20-anos-do-mst-e-a-perspectiva-da-reforma-agraria-no-governo-lula.pdf>)

<sup>6</sup> Esse Projeto de Lei foi apresentado pelo latifundiário paulista Auro Soares de Moura Andrade, então Presidente do Senado Federal.

*total, nada menos que 998 foram assentadas nas cidades de Mirante do Paranapanema e Euclides da Cunha*". Ou seja, conflito agrário do Pontal, que vinha desde a ocupação da região, se fazia ainda presente.

Quem era o público que demandava terra no início da década de 1980 no estado de São Paulo? Na região noroeste do estado, desde a década anterior a cafeicultura vinha sendo substituída pela criação intensiva de gado e eliminando antigas relações de colonato e parceria que, bem ou mal, garantiam algum acesso à terra. Por outro lado, a construção de novas hidroelétricas aumentava o contingente dos atingidos por barragens. E nas regiões canavieiras a penosidade e sazonalidade do trabalho aliada ao renascimento das organizações sindicais<sup>7</sup> também impulsionava a luta por terra. Estava em curso um "... *reordenamento da estrutura demográfica e ocupacional no meio rural paulista, gerando um novo conjunto de condições sócio-econômicas a serem consideradas nos questionamentos da distribuição fundiária*" (BERGAMACO e NORDER, 2003, p. 76).

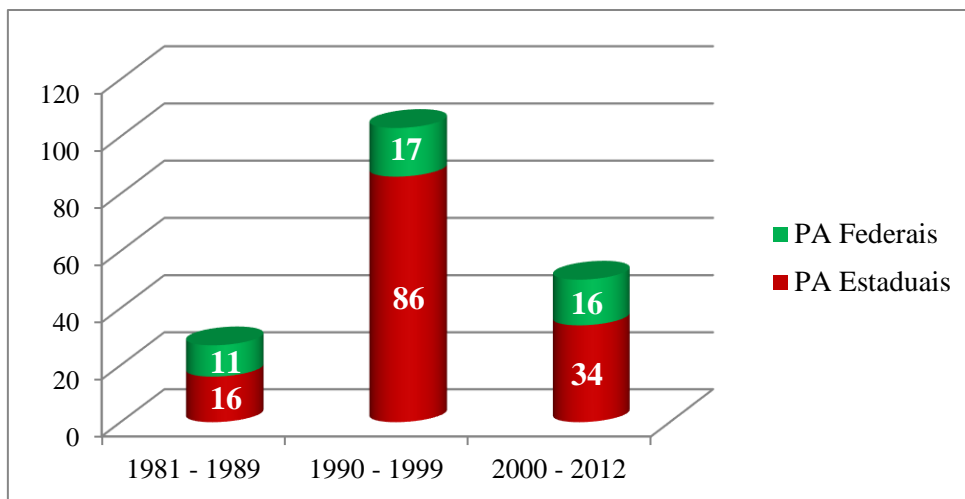
O início da década de oitenta também assiste ao surgimento das lideranças que seriam responsáveis pela formação do MST no estado. As dezenas de famílias acampadas no "Trevo da Bosch", na cidade de Campinas, dariam origem aos assentamentos de Sumaré, Porto Feliz, Promissão e Araraquara. Boa parte dos assentamentos, a partir da segunda metade da década de 1980, ocorreu em áreas de grilagem, no caso do Pontal, fazendas experimentais federais em desativação, como o assentamento de Porto Feliz e a Fazenda Ipanema em Iperó, e hortos florestais da companhia Ferrovias Paulistas AS (Fepasa), como no caso de Sumaré, do Horto Vergel em Mogi Mirim, do Horto Guarani em Pradópolis, entre outros. Não foram, portanto, fruto de desapropriações, mas sim de uma reutilização de áreas do Estado ou regularização de antigas grilagens. As desapropriações de terras particulares por interesse social no estado de São Paulo foram realizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), resultando na formação de doze Projetos de Reforma Agrária (PRAs), entre eles o assentamento Reunidas, que se tornou um exemplo de experiência bem sucedida.

Dois outros intermediadores foram fundamentais para a luta por terra no estado: do lado sindical a atual Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de São Paulo (Fetaesp) e a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp) e pela Igreja Católica a Comissão Pastoral da Terra (CPT), bastante atuante nas décadas de 1980 e 1990, por parte do clero alinhado ideologicamente com a Teologia da Libertação.

Após uma sucessão de órgãos relacionados com algum aspecto da questão fundiária no estado, em 1991 o recém-empossado governador Luiz Antônio Fleury Filho criou o Instituto de Terras de São Paulo (Itesp), que em 1999 tornou-se Fundação Instituto de Terras de São Paulo "José Gomes da Silva". Esse foi o período em que ocorreu a regulamentação de maior número de assentamentos, como ilustrado na Figura 1.

---

<sup>7</sup> A famosa greve (ou Levante) de Guariba em 1984 exemplifica bem a nova força do sindicalismo rural na região.



**Figura 1:** Implantação de Projetos de Assentamento no estado de São Paulo por período.  
**Fonte:** PILLA et al ( 2013).

O Itesp é hoje responsável pela execução da política agrária e fundiária do estado, incluindo o reconhecimento de comunidades quilombolas. O Instituto presta serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) a 136 assentamentos estaduais e 44 assentamentos federais, num total de 10.683 famílias atendidas.

Alguns assentamentos federais inicialmente de responsabilidade estadual, como no caso dos antigos hortos florestais, passaram no início da década de 2010 para a administração do INCRA. A mudança causou impasse sobre algumas questões, notadamente a que se refere à utilização de metade do lote para o plantio de cana nos assentamentos mais antigos – permitido por uma portaria do Itesp, mas contestado pelo INCRA. Com a terceirização dos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) nos assentamentos do INCRA, também na década de 2010, o Itesp concorreu e ganhou o Edital referente à região do Pontal do Paranapanema.

Essa rápida passagem por algumas das dimensões da questão agrária paulista buscou salientar que a escolha dos assentamentos rurais como objeto de estudo de programas de políticas que são direcionados para os produtores familiares em geral, deriva do fato de sua própria existência já ser resultado do reconhecimento e alocação de direitos, por parte do Estado, para um segmento da sociedade. Em outras palavras, os assentamentos são resultado e destino de programas de políticas públicas. Mas são também espaços duramente conquistados, onde o assentado aparece tanto como ator de uma luta como beneficiário de uma ação do Estado. Para Franco:

*“Se, por um lado o assentamento pode ser lido enquanto uma “conquista” e oportunidade de consolidar um projeto político que dê continuidade à “luta”, por outro lado, em seu processo de estruturação, os assentados se transformam em objeto de intervenção estatal, de políticas públicas de concessão de créditos e assistência técnica. Há uma diferença de perspectivas, que poderia ser assim descrita: enquanto para um o assentamento é fruto da “luta”, para outro ele se constitui numa “unidade administrativa” sua”* (FRANCO, 1991, p.71)

Ainda que por vieses tortos, essa conflituosa, mas inevitável, relação com o Estado faz parte da formação do assentado e alarga seu entendimento sobre seus direitos e sobre o funcionamento da máquina estatal. Formação que é complementada pelos inúmeros cursos de capacitação que geralmente recebem durante o acampamento e depois de assentados. Essa “escola”, juntamente com o contato constante com as entidades de assistência técnica, pesquisadores e outros mediadores faz com que, em

geral, os assentados da reforma agrária tenham mais conhecimento dos programas de políticas públicas para a agricultura familiar que os demais produtores dessa categoria. Dessa forma, o assentamento é ao mesmo tempo o desenlace feliz do penoso período de acampamento e o início de novas lutas por direitos sociais.

### 3 – A pesquisa de campo

Para a realização desta pesquisa foram entrevistadas 142 famílias em dez áreas de assentamentos no primeiro semestre de 2012, com a utilização de um questionário semiestruturado, contendo blocos de questões assim divididos:

- Demografia e Trabalho Familiar:

Questões abertas e fechadas sobre local de origem e ocupação antes do assentamento, características do grupo familiar ampliado, renda da família, trabalho no lote e fora do lote, contratação de mão-de-obra e ajuda com o trabalho entre as famílias.

- Sistema de produção:

Questões abertas e fechadas sobre os principais cultivos e criações, acesso ao crédito rural, acesso aos programas PAA e PNAE, instalações e equipamentos presentes no lote, tecnologias utilizadas e assistência técnica.

- Acesso a programas de proteção social:

Questões abertas e fechadas sobre participação em programas de proteção social ou recebimento de algum outro tipo de ajuda.

Quanto à área de abrangência da pesquisa, levou-se em consideração a divisão em regionais utilizada pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp). O Instituto considera como Regional Norte, a área que, grosso modo, corresponde às Regiões Administrativas de Ribeirão Preto, Barretos, Franca, Central e parte de São José do Rio Preto – área onde ocorre a maior presença da cultura de cana-de-açúcar no estado. A maior parte dos assentamentos pesquisados encontram-se nessa Regional, menos os assentamentos Araras I, II e III, localizados na Regional Central. A Tabela abaixo apresenta os assentamentos pesquisados e seus municípios.

**Tabela 1: Projetos de Assentamento pesquisados**

Assentamento	Município	Nº de Lotes
Araras I, II e III	Araras	66
Monte Alegre 1, 2, 4 e 5	Motuca	194
Monte Alegre 3 e 6	Araraquara	164
Horto Guarani	Pradópolis	274
Nossa Terra	Batatais	30
Bebedouro (Reage Brasil)	Bebedouro	84
Ibitiúva	Pitangueiras	43
Boa Sorte	Restinga	159
Córrego Rico	Jaboticabal	47
Sepé Tiarajú	Serrana	80
Formiga	Colômbia	61
TOTAL	11	1121

Fonte: Elaborado pelos autores, 2015

Os projetos de assentamentos (PAs) pesquisados foram criados em momentos distintos da história da luta pela terra no estado de São Paulo e refletem essas diferenças em suas características gerais. A seguir fazemos uma pequena apresentação das áreas.

## O assentamento Monte Alegre

Nos resultados dessa investigação o Monte Alegre aparece como um único assentamento, embora sejam seis áreas distintas. O Monte Alegre 1, com 49 lotes, localiza-se no município de Motuca. O Monte Alegre 2 com 62 lotes no município também de Motuca. O Monte Alegre 3 com 76 lotes em Araraquara. A área 4 com 49 lotes em Motuca, a área 5 com 34 lotes também em Motuca e o Monte Alegre 6 com 88 lotes em Araraquara. Como não encontramos diferenças significativas entre elas quanto às variáveis analisadas, foram tratadas como um único PA.

Segundo o Itesp (2013), a antiga Fazenda Monte Alegre, com 1.253 hectares e localizada nos municípios de Araraquara e Motuca, pertencia à Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora (CAIC). A primeira seleção de famílias para serem assentadas na Monte Alegre ocorreu em 1985, pelo Sindicato de Trabalhadores de Araraquara. No mesmo ano vieram para essa área um grupo de famílias que haviam sido expulsas de uma ocupação do Horto Guarani, em Pradópolis. As famílias assentadas na Monte Alegre eram, em sua maioria, trabalhadores do corte da cana nos municípios de Araraquara e Ribeirão Preto.

## O assentamento Araras

O assentamento Araras engloba quatro áreas – Araras I, II, III e IV. Os resultados aqui apresentados referem-se às glebas I, II e III. O Araras I e Araras II foram criados no governo de Franco Montoro pelo Instituto de Assuntos Fundiários (IAF), respondendo às pressões dos movimentos de trabalhadores rurais da época, que organizaram ocupações e acampamentos. Ambos são assentamentos pequenos, o Araras I com seis lotes numa área de 82,7 ha e o II com 14 lotes em 209 ha. O PA Araras III foi criado em 1997, alocando 46 famílias numa área de 367 ha.

A propriedade onde foram assentadas as famílias era um antigo Horto – o Horto Florestal Loreto, da Fepasa. A primeira ocupação do Horto foi feita por famílias de Sumaré que já tinham sido expulsas de uma ocupação em Araraquara, e foram também expulsas de Araras, sendo posteriormente assentadas em Sumaré mesmo. Essa mobilização serviu de estímulo para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Araras, que organizou as famílias que seriam assentadas nas glebas I, II e depois III.

## O assentamento Horto Guarani

O assentamento Horto Guarani, no município de Pradópolis, foi criado em 1998, após oito anos de acampamento, com o assentamento de 274 famílias numa área de 4.190 hectares, sendo que 213 lotes encontram-se no município de Pradópolis e 60 no município de Guatapará. A destinação do Horto Guarani para assentamento de reforma agrária foi uma conquista particularmente importante numa região dominada pela cana e pela Usina São Martinho, uma das maiores do mundo.

## O assentamento Reage Brasil

O PA Reage Brasil localiza-se no município de Bebedouro, numa região tradicionalmente de produtores de laranja e cana-de-açúcar. As 87 famílias iniciais foram assentadas em 1998 numa área de 1.296 ha, que era também um Horto Florestal. A maioria das famílias eram ex-bóias-frias da laranja e da cana e durante os primeiros

anos do assentamento a principal atividade foi a produção de carvão vegetal com a madeira dos eucaliptos.

#### O assentamento Córrego Rico

Localizado no município de Jaboticabal, o assentamento Córrego Rico foi criado em 1998 com a instalação de 47 famílias numa área de 473 ha de horto florestal pertencentes à antiga Fepasa. A maioria das famílias era do município de Guariba e haviam participado da famosa greve de 1984, que ficou conhecida como o Levante de Guariba. Após a greve, e com o apoio do movimento sindical e da Feraesp, os trabalhadores organizaram ocupações de terra, que resultaram nos assentamentos da região. No caso do Córrego Rico, a ocupação ocorreu em maio de 1998 e as famílias foram assentadas seis meses depois, num processo relativamente rápido e pacífico.

#### O assentamento Sepé Tiarajú

Localizado entre os municípios de Serrana e Serra Azul, na migroregião de Ribeirão Preto/SP, o assentamento de reforma agrária Sepé Tiarajú apresenta características que sumarizam algumas das tendências recentes da luta pela terra no estado, ao mesmo tempo em que reflete o acúmulo de experiências pelo Estado e pelos movimentos sociais na forma organizativa dos assentamentos. Fruto de um acampamento iniciado no ano 2000, liderado pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra, com 30 famílias em uma área de 790 ha, o assentamento foi finalmente oficializado em 2006, após quatro anos de acampamento, com a instalação de 80 famílias.

Algumas das características que particularizam o Sepé Tiarajú são: a origem da área que foi retomada pelo Estado da antiga Usina Nova União como pagamento de dívidas e tributos sociais (SCOPINHO, 2012), refletindo a eterna crise do setor; a tentativa de conciliação da demanda por terra com a necessidade de preservação ambiental, e sua forma organizativa que mescla o lote individual com áreas coletivas. Diferente dos assentamentos apresentados acima, o Sepé Tiarajú foi criado pelo INCRA como um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), modalidade na qual as famílias tem que assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que estabelece normas para o uso dos recursos naturais e insumos externos.

#### O assentamento Formiga

O PA Formiga é também um assentamento federal, criado em 1999 com 61 famílias instaladas em 1.053 ha no município de Colômbia.

Inicialmente a maioria das famílias dedicou-se a criação bovina, mas há cerca de seis anos predomina no assentamento o plantio da cultura do abacaxi.

#### O assentamento Nossa Terra

O assentamento Nossa Terra foi criado pelo governo do estado em 2008 no município de Batatais, com a instalação de 30 famílias numa área de 240 ha. A antiga Fazenda Santa Inês, foi administrada pela extinta Febem e depois Fundação Casa até a passagem da propriedade para o Itesp. Esse foi o primeiro assentamento, sob administração do Itesp, criado já com o licenciamento ambiental finalizado.

## O assentamento Ibitiuva

O assentamento Ibitiuva localiza-se no município de Pitangueiras e foi criado pelo governo do estado em 1998, assentando 43 famílias numa área de 727 hectares. Nesse caso também a propriedade era um antigo Horto Florestal da Fepasa e o eucalipto foi explorado pelas famílias no início do assentamento.

## O assentamento Boa Sorte

O PA Boa Sorte também foi criado em 1998 pelo governo do estado de São Paulo, com a alocação de 159 famílias numa área de 2.979 hectares do antigo Horto Boa Sorte, no município de Restinga.

Temos, portanto, que dos dez assentamentos pesquisados nada menos do que seis eram antigos hortos florestais da Fepasa. A presença do eucalipto trás para o assentado a vantagem de ter o que explorar no início do assentamento, mas a desvantagem de ter que esperar pela destoca antes de plantar outros cultivos. Além disso, terras que estiveram sob cultivo de eucalipto por muitos anos apresentam tendência à acidez e levam um tempo para serem totalmente corrigidas.

Como já colocado, os assentamentos estudados localizam-se nas regiões Norte e Central do estado de São Paulo, segundo a classificação do Itesp, em municípios que tem em comum a forte presença da cultura da cana-de-açúcar, mas também algumas particularidades como a presença da cultura da laranja em Bebedouro e do abacaxi em Colômbia. A tabela abaixo sumariza as informações Censo de 2006 disponibilizadas pelo IBGE e reflete as diferenças entre os municípios quanto à presença da agricultura familiar e a porcentagem da área agrícola por ela ocupada.

**Tabela 2: Presença de estabelecimentos familiares e porcentagem de área ocupada nos municípios da pesquisa segundo censo agropecuário 2006**

	Assentamento	% Estabelecimentos Familiares	% Área ocupada
Brasil		84%	24%
São Paulo		66%	15%
Araras	Araras	37%	4,3%
Araraquara	Monte Alegre	68%	12%
Motuca	Monte Alegre	73%	13%
Pradópolis	Horto Guarani	62%	2,3%
Batatais	Nossa Terra	64%	11%
Bebedouro	Reage Brasil	45%	6,3%
Colômbia	Formiga	25%	2,6%
Jaboticabal	Córrego Rico	39%	4,7%
Pitangueiras	Ibitiuva	60%	10%
Restinga	Boa Sorte	65%	13%
Serrana	Sepé Tiarajú	47%	1,7%

Fonte: BRASIL/IBGE, 2015



#### 4 – Resultados da pesquisa de campo

O questionário relativamente extenso utilizado na pesquisa de campo resultou numa grande quantidade de dados, cuja apenas uma parte será aqui apresentada. A Tabela 3 sumariza os dados demográficos levantados. Agregados foram considerados os moradores que não faziam parte da família nuclear representada por pais e filhos, incluindo avós, genros e noras, tios e tias. O número de moradores refere-se à soma de moradores do lote entre as famílias pesquisadas em cada assentamento. Em relação à área média dos lotes, pode-se observar que os assentamentos mais novos, como o Nossa Terra e Sepé Tiarajú possuem as menores áreas individuais. Mas mesmo o assentamento Formiga, com área média dos lotes próxima a 16 ha, fica abaixo do módulo fiscal para o município de Colômbia, que é 22 ha.

**Tabela 3: Composição demográfica nos lotes pesquisados. Ano Agrícola 2011/12**

PAs	Nº Moradores	Nº Filhos	Nº Netos	Nº Agregados	Sexo M	Sexo F	Presença de mais de uma casa no lote (%)	Área média (ha)
Araras	222	67	22	30	104	118	34,09	9,90
H. Guarani	92	24	8	7	51	41	8,00	11,65
M. Alegre	192	38	30	42	98	94	43,24	14,04
Boa Sorte	43	24	1	2	23	20	42,86	13,03
Reage Brasil	16	7	1	2	6	10	33,33	10,80
Nossa Terra	8	2	0	0	5	3	0,00	3,50
Formiga	21	4	0	3	13	8	0,00	15,91
Córrego Rico	32	9	5	6	16	16	50,00	8,73
Sepé Tiarajú	29	7	0	8	16	13	33,33	3,87
Ibitiuva	28	7	10	2	16	12	25,00	9,95
TOTAL	683	189	77	102	348	335	30,30%	10,14
%		27,67	11,27	14,93	50,95	49,05		

Fonte: Elaborado pelos autores, 2015

Apesar da importância do trabalho da família para caracterizar o estabelecimento como familiar e permitir sua viabilidade econômica, já que a contratação de mão de obra onera a produção, inúmeros fatores, como o tipo de exploração, a quantidade e qualidade da mão-de-obra familiar disponível e as oportunidades de emprego fora do lote afetam a contratação temporária ou permanente de mão-de-obra.

Como pode ser percebido na Tabela 4, a contratação de mão-de-obra temporária nas famílias entrevistadas varia bastante e é consideravelmente mais alta do que a contratação de mão-de-obra permanente. O que predomina no universo estudado é a contratação de serviços de empreita, presentes em 56,7% dos lotes. Os dados dessa Tabela refletem o número de lotes em que houve contratação de uma das modalidades de mão-de-obra, e não o número de horas ou dias trabalhados. Os tipos de serviço de empreita mais comuns foram os relacionados com o uso de trator – preparo do solo, colheita e carpina.

Curiosamente, não encontramos uma relação direta entre a porcentagem de maiores de 18 anos que trabalham no lote, sua área e a contratação de mão-de-obra. Metade dos que responderam a essa questão no assentamento Nossa Terra contratam

mão-de-obra temporária, apesar do pequeno tamanho do lote e trabalho de 85.7% dos membros da família maiores de 18 anos.

Para entender as diferentes dimensões da inserção da mão-de-obra da família no trabalho do lote nos parece interessante recuperar o argumento de forças não transferíveis defendido por Jersey Tepicht (1973, p.38). Segundo o autor, é a existência no campesinato de uma “força marginal”, que não pode ser inserida no mercado de trabalho, composta por crianças, velhos e mulheres trabalhando em tempo parcial, principalmente com a criação animal, que permite a satisfação de suas necessidades. Como visto na Tabela 3, é significativa a presença de filhos, netos e o que chamamos de “agregados” (genro, nora, avós, tios e sobrinhos), morando na casa principal ou em outras casas construídas no mesmo lote.

Como pode ser observado na Tabela 3, 14,93% do total dos moradores em todas as áreas pesquisadas se enquadra na categoria de agregados. Essa porcentagem é maior do que a de netos - 11,27%. Se juntarmos esse dado com a porcentagem de 30,30% de lotes com mais de uma casa, podemos deduzir que o número atual de famílias morando nos assentamentos é bem maior do que o cadastrado inicialmente.

Mas a presença de mais de uma casa no lote não parece guardar uma relação direta com o tamanho da área ou a idade do assentamento. No Sepé Tiarajú, por exemplo, 33% dos lotes tinham mais de uma casa, apesar de ser um dos assentamentos mais novos em com menor área do lote. No caso do Monte Alegre e Boa Sorte o tamanho maior do lote pode justificar a presença de mais de uma família, embora o primeiro tenha sido criado em meados da década de 1980 e o segundo no final da década de 1990. Mas o mesmo não ocorre com o assentamento Formiga, que possui a maior área e foi criado em 1999. O Córrego Rico apresenta uma das menores áreas e o maior número de lotes com mais de uma casa.

**Tabela 4: Contratação de mão-de-obra temporária, permanente ou em empreita. Ano Agrícola 2011/12**

ASSENTAMENTO	Contratação de mão-de-obra						% que trabalhava no lote*	Área média do lote
	Temporária		Permanente		Empreita			
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO		
Horto Guarani	40,0	60,0	0,0	100,0	78,9	21,1	<b>88,6</b>	11,6
Monte Alegre	31,3	68,8	5,6	94,4	59,4	40,6	<b>64,8</b>	14,0
Boa Sorte	42,9	57,1	0,0	100,0	50,0	50,0	<b>76,0</b>	13,0
Formiga	50,0	50,0	0,0	100,0	42,9	57,1	<b>88,9</b>	15,9
Sepé Tiarajú	75,0	25,0	20,0	80,0	100,0	0,0	<b>76,5</b>	3,9
Córrego Rico	0,0	100,0	0,0	100,0	83,3	16,7	<b>82,4</b>	8,7
Nossa Terra	50,0	50,0	0,0	100,0	100,0	0,0	<b>85,7</b>	3,5
Reage Brasil	33,3	66,7	0,0	100,0	66,7	33,3	<b>57,1</b>	10,8
Ibitiuva	25,0	75,0	0,0	100,0	50,0	50,0	<b>81,3</b>	10,0
Araras	29,5	70,5	4,7	95,3	38,6	61,4	<b>75,9</b>	9,9
<b>TOTAL</b>	<b>33,6</b>	<b>66,4</b>	<b>3,8</b>	<b>96,2</b>	<b>56,7</b>	<b>43,3</b>	<b>71,43</b>	<b>10,1</b>

Fonte: Elaborado pelos autores, 2015

\*Porcentagem de membros da família com mais de 18 anos trabalhando no lote.

Para Sabourin, (2009) o campesinato pode ser identificado pelas relações de reciprocidade entre as famílias. Diferente do que acontece em bairros rurais tradicionais (CÂNDIDO,1987) nos assentamentos encontramos fortes relações de vizinhança, mas poucas relações de parentesco entre famílias de diferentes lotes, uma vez que a maioria

das famílias que são assentadas numa determinada área não são relacionadas por laços de sangue. Essa pode ser uma das explicações para a pouca presença de troca de cooperação na realização do trabalho agrícola, como aparece na Tabela 5. Por esses dados, 25,2% dos responsáveis pelo lote declararam ter ajudado no trabalho de outros lotes, contra 16,8% que disseram receber ajuda de outros assentados.

**Tabela 5: Fornecimento e recebimento de ajuda para o trabalho agrícola entre os assentados. Ano Agrícola 2011/12**

ASSENTAMENTO	Cooperação					
	Receberam ajuda (%)		Ajudaram (%)		Alguém da família ajudou (%)	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Horto Guarani	16,7	83,3	20,8	79,2	8,3	91,7
Monte Alegre	11,4	88,6	11,4	88,6	5,7	94,3
Boa Sorte	14,3	85,7	42,9	57,1	14,3	85,7
Formiga	57,1	42,9	57,1	42,9	42,9	57,1
Sepé Tiarajú	66,7	33,3	66,7	33,3	16,7	83,3
Corrego Rico	0,0	100,0	16,7	83,3	0,0	100,0
Nossa Terra	0,0	100,0	66,7	33,3	33,3	66,7
Reage Brasil	0,0	100,0	33,3	66,7	0,0	100,0
Ibitiuva	0,0	100,0	25,0	75,0	0,0	100,0
Araras	14,6	85,4	22,7	77,3	9,3	90,7
TOTAL	16,8	83,2	25,2	74,8	10,1	89,9

Fonte: Elaborado pelos autores, 2015

Outro dado importante no que se refere ao trabalho nos assentamentos é o assalariamento permanente ou temporário fora do lote. A Tabela 6 e a Figura 1 apresentam os dados de trabalho externo remunerado de diferentes membros da família.

**Tabela 6: Presença de trabalho remunerado fora dos lotes. Ano agrícola 2011/12**

ASSENTAMENTO	Nº lotes*	Algum morador trabalhava fora do lote (%)	Nenhum morador trabalhava fora do lote (%)	Área média
Araras	44	72,7	27,3	9,9
Horto Guarani	25	32,0	68,0	11,6
Monte Alegre	36	55,6	44,4	14,0
Boa Sorte	7	57,1	42,9	13,0
Reage Brasil	3	100,0	0,0	10,8
Nossa Terra	3	33,3	66,7	3,5
Formiga	7	14,3	85,7	15,9
Córrego Rico	6	100,0	0,0	8,7
Sepé Tiarajú	6	83,3	16,7	3,9
Ibitiuva	4	25,0	75,0	10,0
TOTAL	141	57,4	42,6	

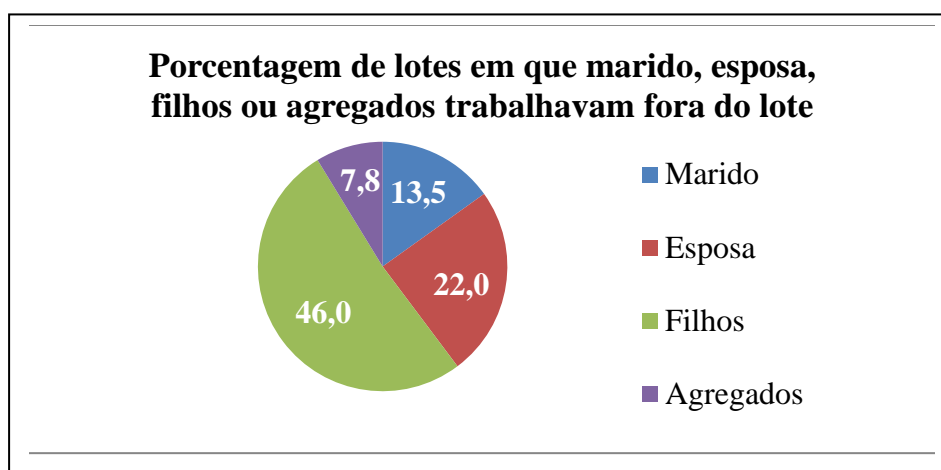
Fonte: Elaborado pelos autores, 2015

\*Nº de entrevistados que responderam a questão sobre trabalho remunerado fora do lote.

Como pode ser constatado na Tabela acima, em 57,4% das famílias que responderam a essa questão algum morador do lote exercia trabalho remunerado fora do mesmo. A porcentagem dos lotes com trabalho fora não parece necessariamente guardar relação com o tamanho do lote, já que é de 100% no assentamento Reage Brasil e de apenas 33% no Nossa Terra.

Na Figura 11 é apresentada a porcentagem de lotes com maridos, esposas, filhos e agregados que exerciam trabalho remunerado fora do lote no universo pesquisado. Como pode ser percebido, são principalmente os filhos que saem para trabalhar fora, o que demandaria um estudo sobre o custo de oportunidade da mão-de-obra familiar nos assentamentos rurais.

A pesquisa também apurou que 73% dos maridos, 68% das esposas e 90% dos filhos que trabalharam fora, o fizeram todos os dias e em tempo integral.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2015

Figura 1: Porcentagem de lotes em que marido, esposa, filhos ou agregados trabalhavam fora do lote.

Na Tabela a seguir colocamos lado a lado dados sobre a área, trabalho familiar, insegurança alimentar leve e insegurança alimentar moderada e/ou grave. Os dados sobre insegurança alimentar foram obtidos com a utilização do questionário da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Pelos resultados da Tabela 7 não é possível estabelecer uma relação direta entre a área do lote e a porcentagem dos que trabalham no lote com a presença de insegurança alimentar entre as famílias. Os assentamentos que apresentaram maior porcentagem de insegurança moderada e grave, Ibitiúva e Córrego Rico, não estão entre os menores lotes e apresentam alta porcentagem de maiores de 18 anos que trabalham no lote.

**Tabela 7: Área média do lote, número de moradores maiores de 18 anos que trabalhavam no lote e segurança alimentar. Ano agrícola 2011/12**

Assentamento	Área média do lote (ha)	Moradores maiores de 18 anos que trabalhavam no lote (%)	IL (%)	IM + IG (%)
Araras	9,9	75,88%	9,75	7,32
H. Guarani	11,6	88,57%	25,00	4,17
M. Alegre	14,04	64,83%	11,76	8,82
Boa Sorte	13,03	76%	28,57	0,00
Reage Brasil	10,8	57,14	0,00	0,00
Nossa Terra	3,5	85,71%	33,33	0,00
Formiga	15,9	88,89%	14,29	0,00
Córrego Rico	8,7	82,35%	40,00	20,00
Sepé Tiarajú	3,9	76,47%	16,67	0,00
Ibitiuva	10	81,25%	25,00	50,00

Fonte: Elaborado pelos autores, 2015

A seguir comparamos trabalho familiar, renda e segurança alimentar. É interessante observar que a mesma porcentagem de 33,3% de famílias que recebem até um salário mínimo aparece tanto no assentamento Reage Brasil, onde 57,1% dos maiores de 18 anos trabalhavam no lote e em 100% das entrevistas algum morador trabalhava fora do lote (Tabela 6), como no Córrego Rico onde 82,4% dos moradores com mais de 18 anos trabalhavam no lote e em 100% das entrevistas algum morador também trabalhava fora do lote. Ou seja, o trabalho fora do lote, nesse caso, não parece impactar positivamente a renda familiar.

**Tabela 8: Comparação entre porcentagem dos maiores de 18 anos que trabalhavam no lote, renda da família e segurança alimentar. Ano Agrícola 2011/12**

ASSENTAMENTO	% que trabalhava no lote	Até 1 SM	1 a 2 SM	2 a 3 SM	3 a 4 SM	4 a 5 SM	5 a 6 SM	Mais de 6 SM	IL	IM + IG
Araras	<b>75,9</b>	5,7	25,7	17,1	22,9	8,6	8,6	11,4	9,8	<b>7,32</b>
H. Guarani	<b>88,6</b>	14,3	14,3	23,8	33,3	4,8	4,8	4,8	25,0	<b>4,17</b>
M. Alegre	<b>64,8</b>	3,7	25,9	25,9	7,4	7,4	11,1	18,5	11,8	<b>8,82</b>
Boa Sorte	<b>76,0</b>	16,7	16,7	50,0	0,0	0,0	0,0	16,7	28,6	<b>0,00</b>
Reage Brasil	<b>57,1</b>	33,3	0,0	33,3	33,3	0,0	0,0	0,0	0,0	<b>0,00</b>
Nossa Terra	<b>85,7</b>	0,0	66,7	0,0	0,0	33,3	0,0	0,0	33,3	<b>0,00</b>
Formiga	<b>88,9</b>	0,0	60,0	40,0	0,0	0,0	0,0	0,0	14,3	<b>0,00</b>
Córrego Rico	<b>82,4</b>	33,3	33,3	0	16,7	0	16,7	0	40,0	<b>20,00</b>
Sepé Tiarajú	<b>76,5</b>	0,0	60,0	20,0	0,0	0,0	0,0	20,0	16,7	<b>0,00</b>
Ibitiuva	<b>81,3</b>	0,0	25,0	50,0	25,0	0,0	0,0	0,0	25,0	<b>50,00</b>

Fonte: Elaborado pelos autores, 2015

Aqui também não foi possível estabelecer uma relação direta entre as variáveis. Embora no caso do Córrego Rico a insegurança alimentar possa estar associada à renda percebida pelas famílias, as entrevistas registraram alta porcentagem de moradores

trabalhando no lote e no caso de Ibitiúva, a insegurança é alta, apesar de mais de 81% trabalharem no lote e 75% das famílias entrevistadas receberem mais de dois SMs.

A metodologia utilizada na EBIA para aferir segurança alimentar trabalha com a percepção que a família tem de sua dieta e considera insegurança alimentar leve a preocupação com uma possível falta de alimentos, independente de sua efetivação ou não. Essa pode ser uma das explicações par resultados aparentemente contraditórios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo trabalho apresentado não foi possível estabelecer uma relação direta entre o tamanho do lote a inserção da mão-de-obra familiar tanto nas atividades do próprio lote como em atividades fora do mesmo, a renda familiar e a ocorrência de insegurança alimentar. Para tanto seria necessário um estudo mais aprofundado sobre as outras oportunidades de trabalho na região e como acontece a pluriatividade entre as famílias assentadas. O que pode condicionar o maior ou menor emprego da mão-de-obra familiar segue a lógica da oportunidade do trabalho, mas também o ideário camponês de autonomia.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relação de projetos de Reforma Agrária**. Brasília, 2012. Disponível em:

<<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-doincra/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria/file/1115-relacao-de-projetos-de-reformaagraria>>.

Acesso em: 28 set. 2013.

BERGAMASCO, S.M.P.P; NORDER, L.A.C. **A alternativa dos assentamentos rurais**: organização social, trabalho e política. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

CAMARGO, R.A.L. “**Agricultura Familiar e Ruralidade em Ouro Fino-MG**”. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2010.

CANDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 7 Edição, 1987

FERNANDES, B.M. “**20 anos do MST e a perspectiva da reforma agrária no Governo Lula**”. Disponível em: <http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/desenvolvimento-agrario/texto-42-20-anos-do-mst-e-a-perspectiva-da-reforma-agraria-no-governo-lula.pdf>. Acesso em 20.01.2015.

FRANCO, M.P. “**Associações versus Estado**: disputa e negociação”. Salvador, Cadernos do CEAS, 1991.

PILLA, M.; ANDRADE, M.R.O.; MARQUES, L.A.P. (Orgs). Fundação ITESP: sua história e realizações, evolução das políticas agrária e fundiária no estado de São Paulo. São Paulo: ITESP, 2013.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil entre troca mercantil e reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SCOPINO, R.A. **Processo Organizativo de Assentamentos Rurais**. Trabalho, condições de vida e sustentabilidade. São Paulo: Annablume, 2012

TEPICHT, Jerzy. **Marxisme et Agriculture**. Paris: Armand Colin, 1973.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In TADESCO, João Carlos (Org.). Agricultura familiar: realidade e perspectiva. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.